

PETIÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS MAIORIDADE - NOVO CPC

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____ VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA
COMARCA DE _____

Processo nº: _____

REQUERENTE: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

ADVOGADO(A): _____

OAB/ __ Nº _____

REQUERIDO: _____

NACIONALIDADE: _____

ESTADO CIVIL: _____

PROFISSÃO: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE (RG): _____

CPF: _____

ENDEREÇO COMPLETO: _____

TELEFONE: _____

E-MAIL: _____

I – DOS FATOS

O Requerente ajuizou ação de alimentos em face do Requerido, tendo este último sido condenado ao pagamento de pensão alimentícia em benefício do Requerente, conforme sentença transitada em julgado.

Contudo, o Requerente atingiu a maioridade civil, conforme prevê o artigo 1.634, inciso I do Código Civil, bem como o artigo 1.699 do mesmo diploma legal, circunstância esta que autoriza a exoneração do dever alimentar.

Ademais, o Requerente já possui capacidade financeira própria, estando apto a prover seu sustento sem a necessidade da pensão alimentícia anteriormente estabelecida.

II – DO DIREITO

O artigo 1.699 do Código Civil dispõe que "se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo".

No mesmo sentido, o artigo 1.634, inciso I, do Código Civil, estabelece que cessam os alimentos quando o alimentando alcança a maioridade civil, salvo se estiver incapacitado para o trabalho.

O Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 490, prevê a possibilidade de revisão ou exoneração dos alimentos em face da mudança de circunstâncias, o que é o caso presente.

III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se a Vossa Excelência:

1. A concessão da exoneração definitiva da obrigação alimentar imposta ao Requerido em favor do Requerente, em decorrência da maioridade civil e da independência financeira do mesmo;
2. A intimação do Ministério Público para acompanhar o feito, conforme previsto no artigo 178, inciso II do Código de Processo Civil;
3. A condenação do Requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, se houver resistência ao pedido;
4. A juntada dos documentos que comprovam a maioridade e a capacidade financeira do Requerente;
5. A expedição de mandado ou ofício para as instituições financeiras, órgãos públicos ou privados, para ciência da exoneração da obrigação alimentar, se necessário.

IV – DAS PROVAS

O Requerente pretende provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela juntada de documentos comprobatórios, oitiva de testemunhas e demais que se fizerem necessárias.

Nestes termos,
Pede deferimento.

_____, _____ de _____ de _____
Local Data

Advogado(a)

OAB/ __ Nº _____

Fonte original deste documento:

<https://adv-documentos.com/peticao-exoneracao-de-alimentos-maioridade-novo-cpc/>

Este modelo foi útil para você?

Confira outros modelos atualizados em:

<https://adv-documentos.com>

[Mais modelos](#)

Este modelo é destinado exclusivamente para uso pessoal e não comercial.
Ao compartilhar ou publicar, a citação da fonte é obrigatória.

Este modelo tem caráter meramente orientativo e não constitui aconselhamento jurídico.
Recomenda-se consultar um profissional qualificado para casos específicos.